

PORTARIA Nº 001/2026, DE 29 DE JANEIRO DE 2026.

Regulamenta a realização de **PROVA DE VIDA** do Instituto de Previdência do Município de Maranguape - IPMM

O SUPERINTENDENTE DO **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MARANGUAPE - IPMM**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei nº. 1.147/1992;

CONSIDERANDO a necessidade de PROVA DE VIDA dos servidores aposentados e pensionistas deste Instituto, e atualização da base de dados cadastrais;

RESOLVE:

Art. 1º Regular a realização da PROVA DE VIDA, que ocorrerá entre os dias 02 DE FEVEREIRO DE 2026 a 31 DE MARÇO DE 2026, da seguinte forma:

I. PRESENCIAL, na sede do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MARANGUAPE - IPMM, situado na Rua Capitão Manoel Bandeira, S/N, Centro, Maranguape, no horário de 8H às 14H;

Art. 2º. Os aposentados e pensionistas residentes em outro Estado ou fora da região metropolitana de Fortaleza, deverão realizar a PROVA DE VIDA, por meio de Declaração de Vida, Estado Civil e Residência, expedida no mês da realização da prova de vida, conforme modelo constante no ANEXO e encaminhar ao Instituto, através do endereço eletrônico ipmm@maranguape.ce.gov.br, juntamente com os demais documentos exigidos no Artigo 4º.

Art. 3º Entende-se por PROVA DE VIDA a atualização da base de dados cadastrais, funcionais e financeiros do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MARANGUAPE - IPMM, sendo de caráter obrigatório e pessoal, para todos os aposentados e pensionistas.

Artigo 4º. Deverão ser apresentados, os seguintes documentos:

- Cadastro de Pessoa Física - CPF ou documento oficial que o contenha;
 - Documento de Identificação Oficial com Foto, sendo aceito:
 - Cédula de Identidade - RG;
 - Carteira Nacional de Habilitação - CNH;
 - Registro de Conselho Profissional;
 - Espelho do Nº PIS/PASEP;
- Título de Eleitor (idade superior a 70 anos, não será obrigatório apresentar o Título de Eleitor);
 - ou E-Título;
- Certidão de Casamento, com possíveis averbações de divórcio/óbito e documento de identificação do cônjuge;
 - Certidão de nascimento de filhos menores, se houver;
- Procuração específica, registrada em Cartório, para os casos do Artigo 6º, inciso I;

- Comprovante de Residência emitido até 90 dias anteriores a data da realização da prova de vida;
- Número de telefone e/ou e-mail atualizado;

Art. 5º. O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MARANGUAPE - IPMM, suspenderá o benefício dos inativos que não compareceram no prazo estabelecido, até a devida regularização.

Parágrafo primeiro. Após a regularização da PROVA DE VIDA, o pagamento do benefício restabelecido, obedecido o cronograma da folha de pagamento.

Art. 6º. A PROVA DE VIDA é de caráter pessoal e portanto, deverá ser realizada pelos beneficiários, salvo nas hipóteses em que houver impossibilidade médica ou que esteja em cumprimento de reclusão penal.

§1º Nas hipóteses do *caput* deste artigo, caberá a um representante, realizar a PROVA DE VIDA, observados os dispostos nos artigos 1º e 4º desta Portaria, e os procedimentos a seguir:

I - aqueles com impossibilidade médica transitória ou na condição de incapacitados permanentemente, será exigida atestado médico/declaração, a qual deverá ser expedida em papel timbrado da rede pública ou privada, constando a identificação do médico por meio de carimbo com número do CRM, atestando a impossibilidade de realização pessoal da PROVA DE VIDA;

II - aos que cumprem reclusão penal, será exigido a apresentação do atestado de permanência carcerária ou declaração de cárcere, a ser validado pelo diretor da unidade penal, onde o custodiado encontra-se recolhido, identificando local e data.

Art. 7º. Aquele que prestar informações falsas ou omitir informações, poderá responder civil, penal e administrativamente na forma da Lei.

Art. 8º. O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MARANGUAPE - IPMM, promoverá a divulgação desta Portaria e demais procedimentos necessários à realização da PROVA DE VIDA, no site da Prefeitura de Maranguape e demais redes sociais oficiais do Município, e comunicação via contracheque do beneficiário.

Art. 9º. Os poderes e órgãos autônomos devem cooperar com a divulgação do recenseamento.

Art. 10. Os casos omissos serão dirimidos pela Superintendência do IPMM.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIO GONÇALVES FEITOSA

Superintendente do Instituto de Previdência do Município de Maranguape - IPMM

ANEXO

DECLARAÇÃO DE VIDA, ESTADO CIVIL E RESIDÊNCIA

Declaro para os devidos fins de PROVA DE VIDA perante o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MARANGUAPE - IPMM, que eu _____ (nome), inscrito(a) no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF/MF) sob o nº _____ e do RG _____, nascido(a) na data de _____ em _____, _____ (estado civil, estou vivo(a) e resido na rua/avenida _____, nº _____, complemento _____, bairro _____, cidade _____, estado _____, CEP _____, tendo para contato o telefone () _____ e o e-mail _____.

Declaro também que _____ (declarar se é casado ou se vive ou não em união estável e, se sim, informar a identificação do cônjuge ou companheiro).

Local e data

Assinatura com reconhecimento de firma por autenticidade

Testemunha 1:	Testemunha 2:
Nome completo	Nome completo
RG e CPF	RG e CPF

OBS.: Este documento DEVERÁ SER ESCRITO DE PRÓPRIO PUNHO PELO BENEFICIÁRIO, COM ASSINATURA RECONHECIDA EM CARTÓRIO OU ELETRONICAMENTE, POR MEIO DO GOV.BR , que resida fora do Estado de Ceará ou região metropolitana.